

# Sarney diz que Exército é sustentáculo da transição

Ana Maria Tahan

PIQUETE (SP) — O Exército "é hoje um dos firmes suportes de nossa transição para a democracia", destacou o presidente José Sarney, em pronunciamento interpretado como o primeiro aval público à posição das Forças Armadas de restrição ao substitutivo do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O presidente aproveitou a permanência de três horas e meia neste município, a 220 quilômetros de São Paulo, para convencer o governador Orestes Quéricia a apoiar sua idéia de submeter a plebiscito a nova Constituição, não apenas, como querem os governadores, o artigo sobre o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo.

**Leônidas** — Sarney não poderia ter escolhido local melhor — a Imbel, estatal fabricante de material bélico — para elogiar o papel das Forças Armadas no processo de transição e destacar a atuação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, o porta-voz da insatisfação dos militares com a Constituinte, em manifestação ocorrida há uma semana, durante reunião ministerial.

O discurso do presidente, lido em voz pausada, foi aplaudido por dezenas de militares, que não escondiam o entusiasmo ao ouvir Sarney elogiar a "colaboração e dedicação exemplares do ministro Leônidas Pires Gonçalves que, com seu entusiasmo, competência e abnegação, tem colocado o Exército à altura dos grandes desafios do Brasil de hoje".

Ao lado do presidente, sem esconder o sorriso, o general Leônidas recusou-se, porém, a comentar o discurso: "Estou em recesso de palavras. Esta foi uma determinação pessoal que tomei e que quero ver respeitada". Atitude idêntica teve o chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys.

**"Nos trilhos"** — Após a cerimônia de inauguração da unidade de nitro-celulose da Imbel — matéria-prima para fabricação de pólvora e de propulsores de foguetes —, o presidente Sarney recebeu, em frente à Prefeitura do pequeno município de Piquete — 18 mil habitantes — manifestação de carinho dos habitantes. Em roupas domingueiras, uniformes escolares ou trajados de esportistas e bandeirantes, eles não lhe pouparam aplausos.

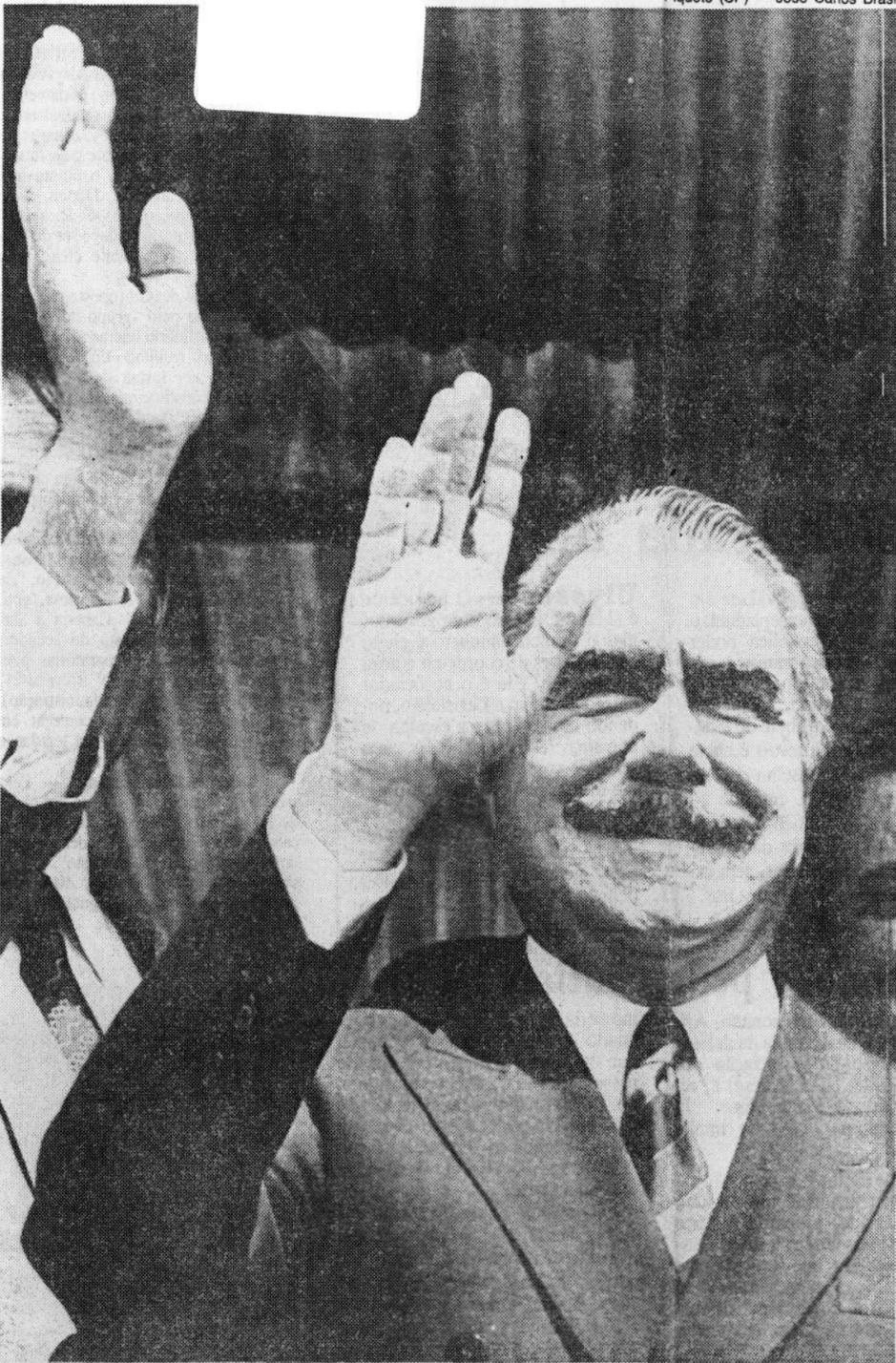
Depois de ganhar da vereadora Maria Terezinha Generoso (PMDB) — uma das mais populares da cidade — cinco beijos no rosto, que o deixaram rubro, o presidente descontraíu-se. Em discurso de improviso, advertiu que "só a unidade de todos pode levar o Brasil a ter menos dificuldades". Empolgado, lembrou os três presidentes brasileiros que visitaram Piquete — Afonso Pena, Hermes da Fonseca e Getúlio Vargas e considerou-se "talvez, o mais humilde de todos, mas sem dúvida, o que mais amou o país". E acrescentou que "nenhum deles teve mais vontade de acertar e mais amor ao Brasil do que eu tenho tido".

Emocionado com os aplausos que interromperam várias vezes, Sarney disse, com voz embargada, que assumiu a Presidência "debaixo de uma tragédia, que foi a perda, a morte de nosso inesquecível Tancredo Neves". E continuou: "Só Deus é testemunha dos dias que passei até assumir a presidência, das dificuldades para harmonizar forças heterogêneas, compondo o governo, e ultrapassar todas as dificuldades e problemas acumulados do passado."

"Tive a coragem", disse Sarney, "de romper, e implantei o Plano Cruzado. Tive o sofrimento de ver a frustração do Plano Cruzado, curvar os joelhos, ter que passar os meses que passamos lutando para colocar o país nos trilhos, como está agora, com o Plano de Estabilização Econômica."

**Agenda** — Entre um deslocamento e outro, o presidente aproveitou o tempo para conversar com Orestes Quéricia e pedir detalhes da pauta da reunião que os governadores realizarão, amanhã, em Florianópolis. Quéricia explicou a Sarney que a agenda do encontro, estabelecida por ele e pelo governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, e aprovada pelos demais governadores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, prevê a discussão sobre o sistema de governo e o plebiscito, proposto por Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro.

Sarney sugeriu a extensão da proposta do plebiscito. Em vez de decidir apenas entre presidencialismo e parlamentarismo, os eleitores manifestariam opinião sobre a totalidade do projeto da nova carta elaborado pela Constituinte. "Essa questão está em aberto, em discussão", opinou Quéricia, que levará a proposta de Sarney a seus colegas.



Sarney agradece aplausos, depois de ter enaltecido a dedicação de Leônidas

## Presidente é contra diretas no DF

BRASÍLIA — Quando retornava de sua viagem a São Paulo, o presidente José Sarney revelou a um grupo de parlamentares ser contrário às eleições diretas para governador do Distrito Federal. Como um dos fatores que desaconselham a escolha direta, apontou a Segurança — chegando a perguntar: "Vai ter Assembléia Legislativa, Câmara municipal tudo, vai ter Polícia Militar, mas o comando da Polícia Militar fica com quem? Em caso de necessidade, quem fará a proteção do Palácio do Planalto?"

Dois dos parlamentares paulistas que acompanharam o presidente em sua viagem ao interior de São Paulo reproduziram ainda outros trechos da conversa em que Sarney manteve um tom descontraído e otimista. Ele previu que o Plano Bresser irá agora "deslanchar". Um dos parlamentares, ao relatar esta parte da conversa, lembrou que em fevereiro passado, quando o Cruzado II já

fazia água, em viagem como a de ontem, da qual participara também como convidado da presidência, Sarney apresentava a mesma postura otimista.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), segundo testemunho dos convidados, passou boa parte da viagem a acusar os "comunistas" de estarem desvirtuando a Constituinte e, em determinado instante travou este diálogo com o presidente:

— Os comunistas não querem a reforma agrária, eles querem é tomar as terras e desestabilizar o governo.

— No México, por exemplo, você não pode desapropriar totalmente uma propriedade, isto só se dá de forma parcial — ponderou o presidente.

— Pois eu sou seu amigo e estou com o senhor, que pode contar comigo na Constituinte — afirmou Cardoso Alves.

## Parlamentarismo de Saulo poupa Câmara

A mais recente versão de sistema parlamentarista fabricada no Palácio do Planalto implanta esse regime com um artigo protegendo os deputados contra as quedas do gabinete: não haverá a dissolução da Câmara. A Câmara pode aprovar moção de censura contra o primeiro-ministro, desde que para isso consiga uma maioria de dois terços, mas a medida pode ser vetada pelo presidente da República, se a Câmara obtiver novamente dois terços para manter a moção, cai o primeiro-ministro e o ministério, ressalvados os militares e o titular das Relações Exteriores.

Essa versão (o deputado Expedito Machado disse que Saulo Ramos está sempre mudando a fórmula) será apresentada em forma de emenda por parlamentares integrantes do Centro Democrático, mas ainda está em discussão a hipótese de essa facção do PMDB assumi-la em conjunto. Todos os componentes do Centro Democrático foram orientados para negar que a emenda seja de autoria de Saulo Ramos, mas já é certo que os deputados Prisco Vianna (PMDB-BA), Expedito Machado (PMDB-CE) e Teodoro Mendes (PMDB-SP) apresentarão cópias desse texto com modificações mínimas destinadas a diferenciá-las.

**Constante** — Prorrogado o prazo para apresentação de emendas ao projeto de Constituição, esses deputados dedicam-se a aperfeiçoar suas versões, que só

serão entregues na sexta-feira. Um artigo será igual nas diversas emendas que apresentarão: "O poder executivo é exercido pelo presidente da República, com o auxílio do primeiro-ministro e dos ministros de Estado, e com a participação do Conselho de Ministros". Outro artigo que não muda é o que dá cinco anos de mandato para o presidente da República, em eleição direta. No entanto, haverá um colégio eleitoral, caso a Presidência da República fique vaga nos dois últimos anos do período de governo.

Uma novidade inserida por Saulo Ramos na cópia do projeto que se encontra com Expedito Machado dispõe que um terço do Conselho de Ministros deverá ser constituído, obrigatoriamente, por deputados e senadores. E mais: para a eleição indireta decorrente de vacância do cargo nos dois últimos dois anos do período não são consideradas as inelegibilidades dos ex-presidentes da República. Esse artigo beneficia especialmente o presidente Sarney, o único ex-presidente a ficar irreelegível na eleição do seu sucessor, pois os ex-presidentes Figueiredo, Geisel e Jânio Quadros gozam atualmente de elegibilidade.

A última versão de parlamentarismo de Saulo Ramos exige também que, para ser eleito presidente da República, o candidato tem que ser registrado por partido político. E mais: o afastamento em mais de 30 dias do presidente da República implicará a perda do seu mandato.

## Planalto explica defesa do regime

BRASÍLIA — Só um governo presidencialista, com uma nítida definição do centro de poder e do responsável pela gestão administrativa, dá estabilidade ao processo de transição no momento. O argumento é do presidente José Sarney, de acordo com seu porta-voz, Frota Neto, e explica a defesa do presidencialismo que o governo vem fazendo junto aos constituintes. O governo também desautoriza qualquer proposta que fuja ao perfil clássico do presidencialismo.

"Estamos abertos à negociação, que se faz através dos líderes da Aliança Democrática na Constituinte", disse Frota Neto. "O presidente Sarney chegou mesmo a explicitar seu descontentamento, junto ao relator Bernardo Cabral, quando se sentiu marginalizado no que considera o mais importante item da discussão constitucional: o sistema de governo. Mas a negociação se dá em torno do regime presidencialista e através das lideranças que já receberam essa diretriz", acrescentou.

**Centro de poder** — O porta-voz argumentou que "todas as pesquisas e análises

políticas, inclusive dos parlamentares, indicam que a alternativa recomendada para a transição política é a de que ela seja conduzida por um centro bastante nítido de poder, o que se dá pelo presidencialismo". O raciocínio do presidente Sarney, segundo Frota, indica que a transição não se completa com a promulgação da nova Constituição, mas com a implementação da futura carta, sua extensão aos estados e à legislação ordinária.

Segundo o porta-voz, Sarney não estimulou a mudança do prazo, de ontem para amanhã, para a apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral. O presidente conversou durante uma hora, no início da tarde, com o senador Marco Maciel, autor da proposta de adiamento. Depois recebeu os deputados Expedito Machado e Prisco Viana, do Centro Democrático, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o consultor-geral Saulo Ramos e o ministro Raphael de Almeida Magalhães. Com todos discutiu as emendas ao relatório Cabral. Até sexta-feira Sarney dedicará a maior parte de seu tempo a esta negociação.